

CODESRIA - XIª Assembleia Geral
Maputo, Moçambique, de 06 a 10 de dezembro de 2005.

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História
Rio de Janeiro - Brasil

Título: Angola: Influências e persistências indesejáveis

Resumo / Abstract:

O passado angolano de exploração e dominação coloniais produziu efeitos no terreno da política e da economia, cuja análise pode auxiliar no entendimento de diferentes problemas atualmente verificados no país. Nosso objetivo é analisar a reprodução de alguns aspectos do colonialismo, tais como sua política econômica e uma visão extremamente estratificada da sociedade angolana, nos movimentos de libertação e no pós-independência. Acompanhando a luta angolana contra a ordem colonial portuguesa, podemos observar que o pertencimento racial, o circuito estudantil, a formação profissional, a trajetória religiosa e a região de procedência foram capazes de gerar profundas divisões entre e intra movimentos, muitas delas referentes às diferentes condições sociais desfrutadas na esfera colonial. No pós-independência angolano, o casamento entre partido único, guerra e socialismo resultou na incapacidade de se expandir a arena política e em uma perspectiva econômica desenvolvimentista que, repetindo algumas diretrizes da última fase do colonialismo português, privilegiaria a produção petrolífera e mineradora. No cenário mais atual, é possível pensar que, ainda que as agendas políticas e econômicas tenham sofrido grandes alterações nas últimas décadas, algumas formas de se “fazer política”, de “enquadrar os diferentes atores” e de “se pensar o desenvolvimento” permanecem pautadas por antigas categorias. Tudo isso permite observar a dificuldade dos que lutaram contra o colonialismo em se livrarem dos esquemas coloniais.

Texto / Paper :

Angola : Influências e persistências indesejáveis

O passado angolano de exploração e dominação coloniais produziu efeitos no terreno da política e da economia, cuja análise pode auxiliar no entendimento de diferentes problemas atualmente verificados no país. O objetivo deste texto é analisar a reprodução e a permanência de alguns aspectos presentes no colonialismo, principalmente no que diz respeito a sua forma estratificada de olhar para a sociedade angolana e na maneira de conduzir a política econômica, que se manifestam nos movimentos de libertação, no decorrer da luta anticolonial e no pós-independência.

Colonialismo, luta de libertação e política atual.

A própria divisão da luta independentista angolana, dando lugar a três movimentos de libertação, consiste, talvez, no melhor exemplo da força do divisionismo imposto pelo colonialismo português. Apesar das tentativas de unificação da luta, na sua maioria realizadas para dar satisfação aos desejos dos países africanos já independentes, esta não se concretizou. Daí muitos analistas afirmarem que a guerra civil angolana se iniciou antes mesmo da sua independência.

E por que tal configuração? A resposta parece estar no fato de que os movimentos de libertação correspondiam a mundos coloniais também diferentes. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) é fruto da agitação anticolonial iniciada em finais da década de 1940 e ampliada nos anos 1950. Formou-se a partir de duas correntes nacionalistas, constituídas pelos que estavam na colônia, principalmente em Luanda e Benguela e nas suas proximidades (que ficariam conhecidos como “os do interior”), próximos, portanto aos pontos mais antigos da colonização, e pelos que estavam na metrópole ou em outros países da Europa ou ainda, mais raramente, da África (“os do exterior”), mostrando desde o início uma composição que se revelaria explosiva em vários momentos de sua história.

Os grupos que militavam nessas cidades traduziam caminhos e “vínculos de solidariedade”¹ diferenciados, divididos pela classificação de cor, pela ocupação profissional, pela localização no espaço urbano, pela religião, além de outros filtros menos explícitos. Limitavam-se quase sempre à publicação de panfletos condenando o colonialismo português, à arregimentação de novos adeptos e a reuniões entre células para a discussão de informações chegadas do exterior sobre a movimentação independentista na África. Tais ações eram executadas por indivíduos ligados a diferentes grupos que se mantinham distantes de qualquer tipo de coordenação mais ampla. No entanto, a existência de estruturas de sociabilidade, como as associações culturais, os clubes desportivos, as igrejas e as missões, possibilitava a troca de impressões, gerando maior compreensão entre esses segmentos, o que, em início dos anos 1960, revelaria sua importância por facilitar a união de muitos desses indivíduos sob a bandeira do MPLA.

As detenções realizadas pela polícia portuguesa nos anos de 1959 e 1960 acabariam por identificar a composição dos grupos urbanos: eles atuavam basicamente em Luanda; do ponto de vista racial, contavam com a participação de negros, mestiços e brancos; quanto à filiação religiosa, destacavam-se católicos e protestantes; e, no que diz respeito à ocupação profissional, eram compostos principalmente de funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes, monitores agrícolas e operários.

Os angolanos que iriam organizar a UPA (União das Populações de Angola), depois FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), muito vinculados às alianças de caráter étnico, baseadas nos bakongo, conheceram um caminho de vida diferente do trilhado pelos demais angolanos (MESSIANT, 1989, p. 168). Sua presença no norte de Angola possibilitou fortes ligações com a capital do Congo-Léopoldville, que as expropriações de terras impostas pelos colonos portugueses, na ânsia pela exploração do café, iriam intensificar nos anos 1940. Os bakongo angolanos no Congo-Léopoldville tendiam, com o tempo, a perder os laços com o restante de Angola. Messiant (1989, p. 144) calcula que os bakongo angolanos em Luanda seriam 8 mil em 1960, enquanto em Léopoldville esse número poderia chegar a 60 mil.

A discrepância quanto à forma de exploração colonial sofrida, belga ou portuguesa, resultou em condições sociais diferenciadas, o que pode ser demonstrado, entre outros exemplos, através dos níveis de escolaridade. No Congo-Léopoldville, onde a escolarização primária fora bem mais difundida, raramente se conseguia ter acesso ao ensino secundário, enquanto em Luanda, apesar das inúmeras limitações, alguns poucos conseguiram chegar à formação universitária.

¹ Em trabalhos anteriores (1999 e 2000a) também defendi a utilização dessa expressão. Ela pretende dar conta dos diversos laços de união entre os angolanos ao longo de sua vida e que em determinados momentos assumem grande importância, facilitando ou condicionando suas ações. Refere-se, principalmente, entre outros, às ligações familiares, religiosas, guerrilheiras e etárias (estas sendo um reflexo da área de residência e dos locais mais frequentados durante determinada época).

Por outro lado, as elites angolanas bakongo sofreram um processo de urbanização mais tardia, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, às famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas, envolvidas em atividades comerciais diferenciadas e mais próximas ao aparelho colonial montado por Portugal.

É preciso destacar ainda que o processo de independência do Congo-Léopoldville influenciou muito a luta dos angolanos bakongo exilados. A confrontação no antigo Congo-belga desde logo tomou formas raciais muito agudas, e isso forneceria argumentos importantes na luta entre a FNLA e o MPLA.

Entre o MPLA e a FNLA, as críticas seriam constantes e cada vez mais violentas. O MPLA acusava a FNLA de ser um movimento tribalista, racista e agente de uma solução neocolonial, em face do apoio norte-americano. Acrescentava ainda que os líderes da FNLA, de sotaque afrancesado, tinham perdido ligação com Angola há muito tempo e que isso criava sérias dúvidas a respeito da sua nacionalidade. Já para a direção da FNLA, o MPLA era apenas um pequeno grupo de marxistas universitários sem qualquer força militar, culturalmente mesclado e muito arrogante, que falava um português de sotaque metropolitano, dada a sua proximidade ao colonialismo português. Sua acusação mais feroz, no entanto, referia-se à composição racial do MPLA. O fato de possuir um número elevado de mestiços, que a FNLA identificava como “filhos de colonos”, serviria de argumento para que o movimento de Holden Roberto colocasse em dúvida a disposição do MPLA em alterar a situação vivida pelos negros em Angola.

Muita coisa mudou nesses mais de 40 anos que separam os fatos relacionados da atual conjuntura política angolana. Todavia, cabe frisar que, para a FNLA, agora partido político, os temas que dizem respeito à formação acadêmica e à bases de apoio continuam importantes, ainda que nas suas lutas internas. As discussões travadas desde outubro de 2004, quando do seu congresso de reconciliação, sobre as eleições para a presidência do partido, demonstram a força destas questões. O até o momento líder eterno Holden Roberto continua a defrontar os professores universitários Lucas Ngonda e Carlinhos Zassala, que possuem, para além dos títulos acadêmicos, trajetórias e bases de apoio regionais diferenciadas das antigas redes da FNLA.

O que interessa ressaltar é que, nesse novo embate, é possível perceber antigas armas, ou seja, a manutenção de temas, problemas, hierarquizações e desafios surgidos na experiência colonial e ainda hoje persistentes no cenário político angolano. Continuam lá, entre outras, as idéias de legitimidade, formação acadêmica e região de origem, numa impressionante demonstração da força de conceitos e preconceitos construídos na experiência colonial.

Trilhando o mesmo caminho, é possível perceber, ainda, que algumas das antigas oposições envolvendo os dois movimentos, MPLA e FNLA, hoje partidos políticos, também persistem. Militantes do MPLA continuam a ironizar o sotaque afrancesado de algumas das lideranças da FNLA, bem como dos angolanos que migraram do norte do país ou mesmo dos Congos para Luanda. E os comentários podem, com certa rapidez e facilidade, logo se transformar em acesas discussões a respeito da legitimidade destes segmentos em disputar ou pretender alcançar postos políticos e dirigentes. Evidentemente, os que assim pensam não consideram o fato do português ser a língua do colonizador, passando esta a ser tida como marca importante de angolanidade.

Por outro lado, a análise do peso das implicações coloniais nas fissuras do nacionalismo angolano e na política angolana pós-independência deve ser acrescida de uma outra discussão, que diz respeito ao silêncio que se estabeleceu em torno de um outro tipo de luta, não desenvolvida pelos movimentos de libertação, mas também de enfrentamento com o colonizador. O que estou querendo frisar é o embate mais fragmentado, que muito facilmente escapa à nossa percepção. Nem sempre se consegue atentar para uma luta sem uma perspectiva nacional, longe dos principais centros urbanos, cotidiana, rural e direta, por vezes classificada como étnica, sincrética, sempre frente a frente com a expropriação, que nas zonas mais distantes dos principais eixos de colonização se personifica na figura do colono. Essas iniciativas não saíram vencedoras em seu embate imediato. Talvez por isso sua memória, se ainda existe, é de difícil recolha, até mesmo porque a guerra tende a marcar muito mais profundamente a memória dos envolvidos. Tais resistências cotidianas foram atropeladas pela reação portuguesa ou encampadas pelos movimentos de libertação. Quando fugiram a ambos, isolaram-se e enfraqueceram-se ainda mais.

Essa referência é importante para o nosso exercício de estabelecer pontes com a vida social e política da Angola atual em função de um fenômeno intrigante e persistente que diz respeito ao termo “matumbo”. Muitas dessas resistências cotidianas ocorridas no interior de Angola eram designadas pelas autoridades coloniais portuguesas como “coisas de matumbo”. Com isso se queria dizer que eram realizadas por angolanos “incivilizados” e, portanto, com fraco ou nenhum poder de alcance para além do seu círculo de atuação mais estreito.

O termo sempre teve forte conotação cultural, civilizacional, o equivalente do “gentio”, como me explicou certa vez a historiadora angolana Conceição Neto. Mas sua pretensão era ainda mais depreciativa, podendo ser traduzido também como “boçal” ou “atrasado”. Apesar de não entrar no quadro das designações raciais, evidentemente era aplicado a negros e muito raramente aos mestiços, nunca a brancos.

E não é que o termo permanece?! Andando pelas ruas das cidades, em especial Luanda, observando os xingamentos, as repreensões do dia-a-dia, as discussões no trânsito, ou mesmo fazendo uma consulta aos comentários dos angolanos às matérias dos sites de notícias, podemos ver a persistência do termo “matumbo”. Ele continua a designar o angolano do interior, de poucos ou nenhum ano de estudo formal, desconhecedor das modernidades da vida urbana, pouco à vontade com o português rápido e dinâmico das cidades, só que agora não mais em oposição ao colono, mas sim aos angolanos urbanizados há algumas gerações, antenados literalmente com as novidades no campo da tecnologia, da língua, da moda e da política, com seus novos palavreados de democracia, partidos, cidadania, direitos civis, ONG’s e tudo o mais que comporta um mundo em rápida aceleração.

O termo “matumbo”, definidor de barreiras cada vez mais intransponíveis para os que ficaram para trás na passagem dos diferentes comboios da vida angolana - mudanças na economia colonial nos anos 1960, independência, partido único, socialismo, multipartidarismo, eleições, nova guerra, neoliberalismo, globalização e por aí vai -, continua a persistir, assim como uma Angola dividida.

Persiste também a questão de Cabinda que, não se deve esquecer, teve início no momento da expansão colonial portuguesa em finais do século XIX, com a assinatura do famoso Tratado de Simulambuco em fevereiro de 1885, através do qual os chefes locais cederam sua soberania à Coroa Portuguesa, sem que Angola fosse mencionada. Tendo em conta esse

documento e a descontinuidade territorial de Cabinda em relação ao restante de Angola, os cabindenses desde muito cedo pleitearam a sua independência em separado da Angolana. Essa é apenas mais uma das questões surgidas na época colonial ainda hoje presentes na política angolana.

Já na década de 1960, os militantes da luta pela independência de Cabinda estavam em Léopoldville, ao lado do MPLA e da FNLA. O Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), que depois se transformaria na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), naquela época optou pela moderação, vacilando em aderir à idéia de um nacionalismo angolano sob a justificativa das condições muito específicas da região.

Apesar da existência de diferentes grupos étnicos em Cabinda, a idéia de que a região deveria receber um outro tratamento, devido à sua condição geográfica e à sua história diferenciada no relacionamento com Portugal, estava bastante enraizada na população. Tal crença, todavia, não seria capaz de esconder as divisões existentes entre, por exemplo, os povos da floresta e os mais costeiros.

A disposição de seguir um caminho isolado do restante de Angola surpreendeu o MPLA no início do percurso anticolonial. Ainda hoje, mesmo que desdobrada em vários segmentos, a luta pela independência do enclave continua e, ao que parece, ainda surpreende o MPLA e o Estado angolano.

Nacionalismo x etnia x raça x política

A configuração espacial do cenário político angolano aqui delineada ajuda a perceber a força dos argumentos de ordem étnica e racial presentes nas acusações e nos discursos elaborados pelos movimentos de libertação, responsáveis, por sua vez, por uma visão limitada no tocante às filiações e aos objetivos dos diferentes grupos angolanos envolvidos na luta anticolonial. Em muitos casos, a importância dos argumentos de cunho étnico e racial ainda hoje se faz presente.

No início dos anos 1960, os dois principais movimentos de libertação, FNLA e MPLA, acusavam-se mutuamente, levantando argumentos de caráter étnico e racial. Por longo tempo, não houve a preocupação nem o interesse, por parte dos estudiosos, em estabelecer uma análise processual e histórica da consolidação desses movimentos.

Evidentemente, raça e etnia são elementos a serem levados em conta no estudo das disputas internas nos movimentos de libertação, e podem facilmente ser adotados como caminhos para a expressão de posições e consciências sociais diferenciadas. No entanto, não se deve pressupor que exista uma tendência natural dos africanos – e, no caso específico, dos angolanos – para interpretar e apreender a realidade apenas pelo prisma étnico ou mesmo racial. Essas são algumas das possibilidades existentes e que estão ligadas à conjuntura e ao tipo de resposta que se espera dar e obter, principalmente, no terreno da política.

Tal afirmação não pretende desconhecer a existência de leituras diferenciadas em relação à luta pela independência e ao embate pós-independência. Talvez o mais importante a realçar seja a presença de diversas apreciações e valorizações das leituras étnicas e raciais espalhadas pela sociedade angolana e que podem não ser necessariamente coincidentes. Sabemos que a apropriação de tais elementos, com fins políticos ou econômicos, se faz a partir das percepções preexistentes, amplificando-as ou equalizando-as conforme o interesse em

perspectiva dos que fazem uso do argumento em questão. No entanto, com relação ao problema angolano, devemos lembrar que os discursos acusatórios dos políticos de ontem e de hoje são feitos por homens que, na sua maioria, possuíam e cada vez mais possuem uma vivência urbana, moderna, como muitos costumam dizer, conhecedoras de regras diferenciadas do jogo político e sujeitas a interferências internacionais, ou seja, conscientes do alcance possível que tal discurso proporciona.

As armas, ou melhor seria dizer, os temas utilizados para a mobilização dos angolanos por parte dos grupos dirigentes nem sempre foram os mesmos e muito menos se resumiram aos fatores étnico e racial. A religião, os vínculos estudantil, familiar e a ligação entre famílias, além, é claro, do fator regional, pesaram, como ainda pesam decisivamente em muitas ocasiões.

No caso específico da questão étnica, o importante é não partir da etnia como um componente natural, insuperável, que pode ser transposto para o terreno político de forma automática, sem ponderações. Essa postura de sobreposição – da qual pretendo me afastar – ao mesmo tempo que retira importância do estudo de como se desenvolveram os movimentos, já que seu crescimento ou decaimento estaria ligado tão-somente à força do comportamento étnico de seus membros, assumindo portanto uma perspectiva a-histórica, implica ainda uma visão até certo ponto estática das sociedades africanas, associada a lideranças tradicionais congeladas, o que, no caso angolano, certamente não corresponde ao acontecido.

Chego, assim, ao ponto que me interessa neste momento, que é alertar para o fato de que privilegiar uma certa visão étnica e racial a respeito das crises enfrentadas por Angola, no período colonial e pós-colonial, dificulta a percepção de outros fatores bem mais nuançados. Posso mesmo ir um pouco mais longe e afirmar que tal forma de encarar a história dos movimentos de libertação angolanos criou obstáculos para o estudo mais aprofundado das rivalidades internas desses movimentos, agora partidos. Tais rivalidades, quando destacadas, tendem a ser enquadradas no esquema maior pautado pelos fatores étnico e racial. Em outras palavras, muitos historiadores parecem reproduzir acriticamente argumentos e categorias utilizadas pelos envolvidos nos conflitos angolanos, anteriores e posteriores à independência.

Dessa forma, mesmo reconhecendo a forte vinculação, assinalada pelo MPLA, entre os bakongo e a FNLA, como prova do estreitamento étnico de seu oponente, ainda assim é possível afirmar que uma visão centrada unicamente na etnia demonstra, também nesse caso, inúmeras limitações. Essa ligação precisa ser acrescida de outros elementos, que certamente o estudo da correlação de forças internas do movimento de Holden Roberto facilitaria enxergar. Tendo atenção a isso, pode-se observar que a combinação dos fatores lingüístico, religioso, regional, ocupacional e familiar posiciona, de forma muito diferente, os partidários do movimento e agora do partido. Ou seja, mesmo no caso da FNLA, reconhecidamente um ótimo exemplo de movimento e partido com base étnica de apoio, a existência de outros elementos e suas imbricações fornecem a chave para o estudo de suas dinâmicas internas. Haja vista a atual disputa pela presidência do partido, já comentada.

E o que dizer das atuais disputas internas ao MPLA e a Unita² visando às eleições gerais, nesse momento previstas para ocorrerem em 2006. A profusão de fatores envolvidos na

² Para completar o quadro dos movimentos de libertação angolanos, faltou citar a Unita (União para a Independência Total de Angola). No início da década de 1960, o ímpeto de criação de organizações nacionalistas estava concentrado na região centro-norte da colônia. Conseqüência, dentre outros fatores, da impossibilidade de os movimentos abrirem uma frente de luta mais ao sul ou ao leste que pudesse contar com uma retaguarda num

discussão acerca das escolhas dos candidatos são a melhor demonstração de que algumas das análises dos politólogos, com tendência a se concentrar, quase que exclusivamente, no tema dos condicionamentos étnicos, precisam ser renovadas. O que não quer dizer também que tal fator não possa vir a assumir maior preponderância no cenário político pré-eleitoral. O fundamental é alertar para as diferentes possibilidades e capitais politizáveis existentes.

As permanentes hierarquizações

Devemos acrescentar a esse quadro das implicações coloniais no campo da política angolana um outro elemento, bem mais difuso e controverso, que diz respeito à dificuldade, dos militantes e simpatizantes dos movimentos independentistas, ampliada para outros setores da sociedade angolana no presente, em romper com a mentalidade do mundo colonial.

Muitas das insatisfações no interior dos movimentos de libertação, no decorrer da luta de independência, relacionavam-se à permanência de determinadas posturas, percepções e comportamentos gerados pela condição colonial. Interessa observar, portanto, a presença de mecanismos de distinção e categorização desenvolvidos pelas estruturas do colonialismo, mesmo nos mais críticos à relação entre colonizador e colonizado, ou seja, nos indivíduos que chegaram ao ponto de pegar em armas para superar tal situação. Eles conseguiam lutar contra a forma mais explícita e bem acabada de opressão, que era o regime português, mas nem sempre contra alguns de seus estereótipos e hierarquizações sociais.

Essa forma de expor o problema talvez não cause tanta surpresa. Afinal, foram longos anos de inserção no meio colonial, convivendo com suas esquematizações, e não seria tarefa rápida romper com todo esse arcabouço. O interessante, porém, é ver algumas dessas leituras ocupando espaço como elementos importantes, ainda hoje, nas lutas entre os partidos e, mais ainda, no interior destes.

Na história do MPLA, por exemplo, a crise de 1962-63, tradicionalmente apresentada como um choque de personalidades entre o Presidente Agostinho Neto e o Secretário-Geral Viriato da Cruz, tem sido explicada, nas novas análises do período, a partir da introdução de outros elementos, que dizem respeito à forma como eram discutidas internamente as acusações de caráter racial feitas pela FNLA, ao estranhamento entre os quadros que saíram de Luanda e proximidades e os que viviam no Congo-Léopoldville, às disputas entre quadros universitários e não universitários e entre intelectuais e não intelectuais.

Intelectuais, universitários, urbanizados. Designações que são desdobramentos da vida colonial. Que o regime colonial português criou e cultivou, separando e hierarquizando os angolanos, ainda que, como nos lembra Isabel Castro Henriques (1999, p. 256), generalizasse o tratamento por “tu” como forma de explicitar que, apesar de formados, urbanizados e até mesmo escritores, os angolanos que se destacavam na sociedade colonial continuavam sendo colonizados.

país amigo, como acontecia no Congo-Léopoldville. A África Austral enfrentava o apartheid sul-africano e seu subimperialismo regional. Essa condição territorial levou a uma certa defasagem temporal no tocante às filiações aos movimentos de libertação. Estamos falando, portanto, de mais um contexto socioeconômico diferenciado no interior do conjunto colonial português, que teria como uma de suas consequências o surgimento de um outro movimento de libertação, a Unita que, principalmente no período pós-independência, conheceria sua maior expansão no planalto angolano.

A conseqüência mais nefasta da força dessas hierarquizações é a sua presença no interior dos próprios movimentos de libertação. Mais do que a análise dos quadros dirigentes dos diferentes movimentos, são as crises surgidas no interior dessas organizações políticas, as acusações de parte a parte e até os assassinatos que melhor revelam a dificuldade dos angolanos envolvidos na luta em se libertarem dos estereótipos coloniais. Ou, melhor dizendo, as hierarquizações coloniais também funcionaram como capital político dentro dos movimentos.

Podemos tomar como exemplo as acusações de militantes do MPLA acerca da arrogância de certas lideranças do movimento em relação aos angolanos que vivam há certo tempo no Congo-Léopoldville. Uma postura de menosprezo que originou uma expressão específica para diferenciá-los: “congolanos”. O realce fica por conta da crítica e da desqualificação dos comportamentos cotidianos dos cidadãos de Léopoldville, como se fossem “menos civilizados” do que aqueles que tiveram maior contato com a cultura portuguesa e também uma maior formação escolar, tendo ou não passado pela metrópole portuguesa e chegado ou não a obter títulos universitários.

O distanciamento existente em Léopoldville, entre quadros formados em Portugal e a juventude militante do movimento, traduzia trajetórias diferenciadas no contexto colonial, gerando preconceitos de parte a parte, tanto no interior do MPLA quanto na relação de alguns de seus militantes com os congolezes.

A análise dos sites de notícias de Angola e dos comentários anexados pelos seus leitores permite ver a permanência de algumas dessas idéias. Evidentemente, é preciso ter atenção para o fato de que tal filtro visualiza um determinado segmento social, pois trata-se de pessoas que tem acesso ao computador e à linha telefônica, muitos inclusive escrevendo de fora de Angola, numa pulsação diferente da existente no terreno. No entanto, apesar de todas essas ponderações, é possível ver as mesmas acusações de que os “angolanos do norte são partidários do tribalismo“, “fazem feiticaria“, enquanto o “MPLA é o partido dos mulatos e dos intelectuais“.

Sobre esse ponto, vale destacar que estes fatores terão repercussões diferentes ao longo do processo histórico angolano. Engana-se quem pensa que ser considerado um quadro intelectual do MPLA, por exemplo, tenha sido sempre algo valorizado. Durante certo tempo da luta anticolonial, tal caracterização era uma marca das mais negativas. Claro está que isso deve ser relacionado à história desse movimento, às crises surgidas. De fato, a existência de duas dissidências tidas como insufladas por intelectuais desvalorizou durante certo tempo tal capital político. O que não se verifica atualmente, muito pelo contrário.

Os paradoxos da economia

Também na esfera econômica é possível perceber algumas das permanências que tenho perseguido ao longo do texto. E aqui cabe a ressalva de que não necessariamente as permanências devem ser consideradas algo nocivo à vida política e econômica de um país, pois algumas regularidades e alianças podem significar projetos consistentes e perspectivas de longo alcance. O objetivo aqui, no entanto, é o de assinalar a persistência de fatores, formas de agir e pensar que foram cristalizadas ou criadas no contexto colonial e que ainda hoje podem ajudar a entender Angola.

O primeiro dos paradoxos na economia angolana consiste no intrigante casamento realizado no pós-independência entre partido único, guerra e socialismo, de um lado, e empresas petrolíferas americanas, de outro, em plena Guerra Fria. Ou seja, apesar das alianças políticas estabelecidas pelo MPLA, no período pós-independência, com o chamado bloco soviético, que também conheceriam acordos econômicos, o fundamental da indústria petrolífera angolana seria partilhado com as multinacionais do petróleo, em especial as americanas Texaco e Chevron.

O desdobramento desse cenário pode ser entendido como um segundo paradoxo que, em linhas gerais, teve uma arquitetura bastante sinuosa. A opção socialista adotada pelo MPLA, que passou a guiar o Estado angolano, resultou na incapacidade de se expandir a arena política. Isso levou, entre outras consequências, a um forte fechamento e à crescente impossibilidade de questionamento das orientações centrais, formuladas no partido e implementadas pelo Estado.

Dessa forma, a estratégia desenvolvimentista, que marcou a grande maioria dos regimes africanos pós-independência, não faltaria no caso angolano, ainda que repetindo algumas diretrizes da última fase do colonialismo português, ou seja, privilegiando a produção extrativista, petrolífera e mineradora. Sobre esse ponto, é preciso reconhecer a pequenez dos resultados com a exploração de petróleo no período colonial, o que não deve nos impedir de observar e reconhecer que, à época, suas potencialidades eram alardeadas aos quatro cantos.

O drama já se conhece e a ponte que se pretende fazer aqui também. Estamos falando de uma economia que mantém sua vocação extrativista, pautada pela exploração do petróleo e dos diamantes, recrutando, proporcionalmente, uma mão-de-obra muito exígua. Das vocações econômicas desenhadas no período colonial, restaram as que puderam ser mantidas em paralelo à guerra do pós-independência. Trilhando tal caminho, com a participação direta de tão poucos angolanos, como se poderá promover o aumento da repartição dos lucros? Os desafios são enormes.

No momento atual, a esmagadora maioria dos homens e mulheres angolanos em idade produtiva não produzem, não tem como produzir. A economia angolana se concentrou nas atividades acima citadas e tem sérias dificuldades em reverter seus lucros para outras atividades produtivas. As análises macro, nesse caso, tendem a não ajudar, já que a rentabilidade dos demais produtos, e mesmo a produtividade dos trabalhadores que estão fora, mas querem entrar no ciclo, é muito baixa.

Ironia do destino! A lógica colonial portuguesa sempre foi pautada pelo interesse em recrutar o máximo de trabalhadores africanos para a produção, cientes que estavam os colonos de que seu lucro era proporcional à expropriação do trabalho dos nativos. Tal cenário resultou no fato de que a fuga ao contrato de trabalho, por parte dos africanos, era uma atitude anticolonial das mais enfáticas. Passados 30 anos da independência, os angolanos lutam para entrar no moderno mundo do trabalho, sabedores de que as alternativas a ele, nesse momento pelo menos, não existem.

Para finalizar, é possível pensar que, no cenário mais atual, ainda que as agendas políticas e econômicas tenham sofrido grandes alterações nas últimas décadas, algumas formas de se “fazer política”, de “enquadrar os diferentes atores” e de “se pensar o desenvolvimento” permanecem pautadas por antigas categorias.

Bibliografia:

BENDER, Gerald J. *Angola. Mito y Relidad de su Colonización*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Niterói: Tese de Doutorado / Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, junho de 2002

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

HENRIQUES, Isabel Castro. A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos. In : BETHENCOURT, Francisco. *História da expansão portuguesa*, volume 5. Espanha, Circulo de Leitores, 1999.

MABEKO TALI, Jean-Michel. *Dissidences et pouvoir d'état: Le MPLA face a lui-même (1962-1977)*. Tese de Doutorado em Conhecimentos do Terceiro Mundo, Universidade Paris VII, fevereiro de 1996.

MESSIANT, Christine. Luanda (1945-1961): Colonisés, société coloniale et engagement nationaliste. In: “Vilas” et “Cidades”. *Bourgs et villes en Afrique Lusophone*. Paris: L’Harmattan, 1989, p. 125-199.

NETO, Maria da Conceição. Grandes projetos e tristes realidades – Aspectos da colonização do Planalto Central angolano (c. 1900 - c. 1931). In: *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930)*. *Actas da III Reunião Internacional de História da África (1999)*. Lisboa: IICT / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000. p 513-525.